

A trajetória nacionalista dos oficiais cassados após o golpe de 1964*

Cláudio Beserra de Vasconcelos **

Resumo: Sobre a ditadura iniciada em 1964, prevalece uma memória de que o golpe e o regime foram iniciativas puramente militares. Esta construção encobre a complexidade da formação dos grupos em disputa pelo poder político, beneficia os civis partícipes do regime e contribui para um esquecimento de que houve militares que se opuseram a ele. Em sentido oposto, procuro destacar a trajetória política de oficiais cassados, identificando a relação entre um passado de luta nacionalista e a repressão aplicada após o golpe.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Repressão política; Militares cassados

Introdução

Segundo o Decreto de 13 de janeiro de 2010, que instituiu o grupo destinado a elaborar o anteprojeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, ela deve ter por objetivo “examinar as violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.¹ Mas, quando falamos da constituição da memória em torno do período 1964-1985, o esquecimento é que se apresenta como elemento marcante.

É certo que não há como lembrar tudo o que ocorreu em uma vida e, muito menos, contar. Por isso, toda construção da memória deixa fora algumas coisas e conserva as consideradas mais relevantes para o episódio relatado. O que difere são as formas de esquecer alguns fatos e questões. Existe um primeiro esquecimento que é passivo, fruto da limitação humana de lembrar-se de tudo. Há, porém, outro, que é deliberado e pode decorrer da impossibilidade do indivíduo em lidar com determinado trauma ou ser resultado de um projeto político.

Como define Maurice Halbwachs, “nunca estamos sós”,² construímos nossas lembranças na interação com a sociedade, seus grupos e instituições. Portanto, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, que também é seletiva. Todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, e em contato

com as lembranças dos outros. Logo, a memória é sempre fruto de uma interação entre diferentes agentes internos e externos.³ Além disso, é preciso considerar o fato das pessoas construírem suas memórias na inter-relação entre passado e presente.⁴ Como bem salienta Dora Schwarzstein,⁵ a memória atua no presente para representar o passado. Como as situações do presente variam, essa interpretação do passado pode sofrer modificações em função do momento em que é articulada. Em função de interesses específicos, ela é reelaborada e pode silenciar sobre determinadas questões. Noutras palavras, a constituição da memória pública pode derivar de uma disputa. Nesse processo, a que se torna dominante impõe o “silêncio” a outras que poderiam ir de encontro às suas premissas. É exatamente isso que ocorre a partir dos momentos finais do período ditatorial.

O Esquecimento na memória pública

Finda a ditadura, prevaleceu uma memória de que o golpe e o regime foram iniciativas puramente militares. A própria denominação mais comum do período – ditadura militar – reforça este caráter. Esquece-se que, no mínimo, grupos civis clamaram pela intervenção e pela permanência dos militares no poder. Embora os relatos civis que tiveram repercussão sejam de militantes de esquerda, ainda que esta memória enfatize a oposição civil ao regime – que de fato houve e deve ser lembrada e valorizada – encobre-se a complexidade da formação dos grupos em disputa pelo poder político naquele momento, ignora-se o fato de que essa construção favoreceu muito um grupo de políticos que havia participado do regime. Essa “parceria” civil-militar durante o pré-golpe e a ditadura foi rapidamente esquecida após o fim do regime. Livres do estigma de parceiros da ditadura, homens como José Sarney, Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel – para citar apenas os mais destacados – puderam continuar frequentando os círculos do poder no período posterior. Além deles, outros civis que financiaram ações ou apenas apoiaram o regime também ficaram isentos deste estigma.

Creio que ocorreu no Brasil um processo semelhante ao que Andréas Huyssen notou ter acontecido na Argentina dos anos 1980 e na Alemanha do pós-Segunda Guerra: o esquecimento público esteve a serviço de uma política da memória que, em última instância, forjou um consenso nacional em torno de determinada idéia.⁶ No que

se refere especificamente ao caso brasileiro, foi gerada uma memória que ligou estritamente a ditadura ao elemento militar, silenciando sobre a participação de grupos civis. Essa construção beneficiou principalmente os civis partícipes do golpe e da ditadura e contribuiu, ainda, para gerar um esquecimento de que houve militares que não tomaram parte do regime e que foram punidos por se oporem a ele. Acredito, portanto, que houve o que Pollak⁷ denomina de um trabalho de enquadramento da memória nacional, no sentido de estabelecer uma referência que excluiu os civis de todas as responsabilidades sobre os excessos do regime instaurado em 1964. Como este trabalho é executado parcialmente pelos historiadores, uma questão que surge é saber até que ponto os analistas brasileiros contribuíram para a constituição dessa memória nacional sobre a ditadura. Focaram suas análises na questão da dicotomia entre democracia e autoritarismo e ignoraram o conflito político-ideológico que precedeu e envolveu a tomada de poder em 1964? Ou preferiram a constituição de uma memória que priorizasse a conciliação nacional em detrimento de outra que expressasse e, talvez, acentuasse as divergências e os conflitos entre diferentes grupos da sociedade brasileira? Não é, no entanto, um objetivo do presente artigo responder tais questões.

Os militares cassados

A análise de Maria Helena Moreira Alves sobre a repressão política aplicada após o golpe de 1964 sustenta que o objetivo da “operação limpeza” aplicada desde os primeiros dias do novo regime

era “varrer” todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo.⁸

Embora a afirmação seja verdadeira, a autora, nesta passagem, deixa de mencionar a gigantesca repressão aplicada aos militares desde o primeiro momento da ditadura.

Já nos primeiros atos de cassação,⁹ o número de militares atingidos é muito significativo. A lista divulgada pelo ato n.º 1 do Comando Supremo da Revolução, de 10 de abril de 1964, encabeçada por João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Darci Ribeiro, suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem pessoas. Dentre elas, seis militares. O ato n.º 2, da mesma data, se destinou à cassação

de mandatos de parlamentares. No total, atingiu quarenta congressistas, todos também atingidos pelo ato n.º 1. O terceiro ato, datado de 11 de abril de 1964, tinha por objetivo exclusivo a transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas. Afetou 122 militares, sendo: 77 do Exército, 14 da Marinha, e 31 da Aeronáutica. O resultado é que, dos 222 atingidos pelos três primeiros atos do Comando Supremo da Revolução, 128 (57,66%) eram militares.

No total, entre 1964 a 1970,¹⁰ pude contabilizar 1487 militares punidos, sendo: 53 oficiais gerais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 entre sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros. Tais expurgos alteraram a representatividade das facções no interior da corporação militar, eliminando o potencial de resistência nacionalista na caserna às proposições do governo. Segundo Alves, algo semelhante foi feito no Congresso Nacional, e o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem reduziu as possibilidades de reação.¹¹

Os órgãos de segurança e os inquéritos policiais militares são ricos em dados da trajetória política dos militares cassados. Dos oficiais gerais, pude encontrar informações significativas sobre 41 (77,36%). Quanto aos superiores, colhi dados sobre 134 (48,91%). Com base nos elementos levantados quanto à trajetória política desses homens a partir de 1945, verifica-se que eles compuseram o núcleo da corrente militar do movimento nacionalista, e, ao reconstituir os seus contextos de experiência política entre aquele ano e 1964, comprova-se, através de uma análise dos componentes, das propostas e objetivos políticos das associações e mobilizações das quais eles participaram e/ou apoiaram durante aquele período, que havia uma identificação ideológica entre grande parte dos militares cassados (e também grupos civis). Esta identidade levou à constituição de um “movimento político” empenhado em influir politicamente na realidade brasileira, procurando organizar os interesses dos setores da sociedade civil e apresentar-se como intermediário entre suas demandas e o sistema político.¹² As associações, às quais eles estavam vinculados, se transformaram em importantes centros intelectuais e difusores das propostas nacionalistas.

Antônio Carlos Peixoto afirma que, no campo da coligação nacionalista, a presença de elementos doutrinários de origem militar teria um menor peso.¹³ Esta constatação, no entanto, não reduz a importância do componente militar no interior da

corrente nacionalista. Muito pelo contrário. Tanto no nascedouro quanto no desenrolar do processo de debate e disputa pela implementação de um tipo de desenvolvimento para o Brasil, o papel dos militares foi central. A própria intensificação da discussão sobre este problema, a partir de fins dos anos 1940, tem na sua origem o elemento militar. Foi em conferências realizadas em 1947, no Clube Militar, que os generais Juarez Távora e Horta Barbosa defenderam propostas antagônicas em relação à exploração do petróleo.

Argumentando com a tese da inexistência de recursos e tecnologia suficientes à exploração e da necessidade de colaboração do Brasil com os Estados Unidos, Távora, em três palestras, realizadas nos dias 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro, pregou a associação entre o Brasil e o capital externo para a empreitada. Já Horta Barbosa, nos dias 30 de julho e 6 de agosto, defendeu a exploração do petróleo sob regime de monopólio estatal. Como justificativa, esclareceu que a parceria com o capital estrangeiro poderia levar à subordinação dos interesses nacionais na questão aos ditames das empresas internacionais.

Portanto, de início, o acirrado debate, centralizado inicialmente na questão do petróleo, foi personificado nas figuras dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa. Como destaca Vânia Maria Louzada Moreira, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo serviu “(...) como um marco do início da organização do nacionalismo enquanto movimento político preocupado em atingir e mobilizar o mais globalmente possível a sociedade brasileira. (...)”¹⁴ Em seguida, ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, as disputas eleitorais no interior do Clube Militar tornaram mais públicas as divergências entre esses grupos. A história desta contenda ilustra o processo de constituição desses dois grandes blocos, de como procuraram agregar partidários e conscientizar a população. Ao mesmo tempo, permite perceber a diferença entre as propostas político-ideológicas em choque e o papel central que o “partido militar”¹⁵ nacionalista exerceu nas diversas entidades de que participou.

Restringindo a análise às associações e movimentos nacionalistas surgidos e/ou em atividade ao longo do período 1945-1964 que contaram com a presença central de militares, é possível destacar:

- O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), criado em 21 de abril de 1948.

- A Liga da Emancipação Nacional (LEN), fundada em abril de 1954.
- A chapa nacionalista que disputou as eleições para a diretoria do Clube Militar entre 1950 e 1962.
- A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem (ABDDH), fundada em 14 de julho de 1952.
- A Campanha contra o Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA, em 1952 e 1953.
- O Movimento pela Paz, que teve início no ano de 1948, e a Campanha pela Proibição das Armas Atômicas, que tem como data de origem o dia 15 de março de 1950, quando foi lançado o “Apelo de Estocolmo”.
- As associações culturais e eventos em solidariedade a povos amigos como a Sociedade dos Amigos do Povo da Guatemala, fundada em 30 de junho de 1954; a Sociedade Cultural Sino-Brasileira, criada em novembro de 1959; o Instituto Cultural Brasil-Cuba (ICBC), fundado em fins de 1961, e o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba, realizado entre 28 e 30 de março de 1963; e a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai (ABSPP), criada em março de 1963.

A observação dos nomes dos militares participantes sugere que tais associações e movimentos, em grande parte, ou mesmo fundamentalmente, se estejavam em um núcleo formado por determinados homens. Central é a influência de Antônio José Fernandes, Antônio José Henning, Arthur Carnaúba, Edgard Buxbaum, Eduardo de Souza Mendes, Felicíssimo Cardoso, Gilberto Saturnino Alvim, Graciano Feliciano de Castilho, Helvécio Coelho Rodrigues, Henrique Cunha, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Jocelyn Barreto Brasil de Lima, Júlio Caetano Horta Barbosa, Leônidas Cardoso, Luiz Bayardo da Silva, Luiz de França Albuquerque, Napoleão Bezerra, Nelson Werneck Sodré e Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Estes homens compuseram o núcleo do partido militar que era elemento integrante do movimento nacionalista. É verdade que muitos deles não foram cassados. Contudo, isto ocorreu porque já não estavam na ativa quando da deflagração do golpe em 1964, alguns por falecimento, outros devido à transferência para reserva, o que lhes retirava a possível função de comando de tropa, reduzindo uma possível influência no

interior da corporação. E mesmo os cinco militares deste grupo que constam entre os cassados também já não se encontravam em serviço ativo.¹⁶

Esta constatação, entretanto, não invalida a relação entre a inserção no movimento e a cassação, pois, no total, dos 53 oficiais gerais cassados, 9 (16,98%) eram da reserva, e, dos 274 oficiais superiores cassados, somente 20 (7,23%) já estavam na reserva. Portanto, o foco das cassações eram os oficiais da ativa. Em complemento, se verifica que muitos dos que foram vítimas da repressão política implantada pela ditadura, embora não envolvidos diretamente na direção das entidades nacionalistas, foram partidários e, como tal, apoiaram um dos grupos que estavam em disputa pelo controle da hierarquia militar ao longo dos anos 1945-1964. Não por coincidência, justamente a corrente que saiu derrotada com a eclosão do golpe.

Além desta presença central dos militares, nota-se que havia ligações intrínsecas entre as associações. Por exemplo, o debate em torno do Acordo Militar Brasil-EUA tem relação com a guerra da Coreia (1950-1953), que motivou a crise envolvendo a *Revista do Clube Militar*, com a queda do general Estillac Leal do posto de ministro da Guerra e influenciou a eleição para a diretoria do Clube Militar de 1952; a Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem foi criada para defender os militares perseguidos durante este mesmo pleito. Sem mencionar a própria discussão em torno do monopólio do petróleo que, iniciada no interior do Clube, gerou a criação do CEDPEN e da LEN. Mais do que isso, há uma similaridade nas proposições destas associações e movimentos. De modo geral, todas as elas tinham como objetivo final a concretização do projeto de emancipação política e econômica do Brasil. A análise de tais propostas políticas esclarece a relação destas entidades com a política repressiva aplicada a partir de 1964.

O pensamento emancipacionista

A unidade de membros resultava em uma unidade de propostas entre as associações. A análise de tais proposições demonstra que este fenômeno pode ser definido como uma resposta coletiva de grupos insatisfeitos e de oposição à tese do desenvolvimento associado-dependente.

Através de uma estratégia de mobilização, estas organizações procuraram discutir, formular e divulgar soluções visando arregimentar o maior número possível de

homens e mulheres em torno de uma política de desenvolvimento marcada pela defesa das riquezas e interesses nacionais e que resultasse na soberania política e econômica do país. Apesar de possuírem singularidades, as instituições nacionalistas tinham como ponto de contato este pensamento emancipacionista, influenciado, em parte, pela luta antiimperialista contra as tentativas dos países centrais de manter e/ou ampliar as suas áreas de influência, no pós-Segunda Guerra.¹⁷ A opção nacionalista visava claramente a constituição de uma postura política e econômica auto-determinada. Sustentava-se que não haveria condições do Brasil alcançar os patamares de uma sociedade mais justa ao ser mantido o modelo associado-dependente. Daí a razão da defesa de uma postura nacionalista centrada na defesa das riquezas minerais, na liberdade ideológica, na autodeterminação política e econômica não só para o Brasil e para os demais países latino-americanos, mas para todas as nações, e na oposição à política imperialista dos Estados Unidos. Enfim, procuraram empreender uma “grande jornada emancipadora” absolutamente incompatível com a proposta econômica liberal e com o desejo de uma sociedade de equilíbrio estático, sonhada pelos vencedores de 1964. Por esta razão, era necessário afastá-los.

Tais propostas enquadravam-se no campo amplo de luta contra o capitalismo internacional e os governos ou ditaduras a ele associados, e por melhores condições econômicas para os povos latino-americanos. Ou seja, uma tese nacionalista e de emancipação que pregava a união das nações latino-americanas, em alguns casos em movimentos revolucionários, para que, juntas, enfrentassem a ameaça imperialista.

Com base nos princípios defendidos pelas associações e campanhas que formaram o movimento nacionalista, e pela expressiva participação militar, é possível atestar a existência de uma corrente militar que tinha por proposição fundamental a defesa de uma política de emancipação nacional. Esta corrente, da qual faziam parte muitos cassados após o golpe de 1964, assim como todo movimento, se mostrou atuante desde os fins dos anos 1940 e transformou-se em óbice ao desenvolvimento capitalista e, como tal, precisava ser neutralizada. O controle sobre os militares era de particular importância para o Estado de Segurança Nacional instalado após o golpe de 1964. Por esta razão, foram criados e usados mecanismos para limitar a participação política da facção adversária, de modo a fazer valerem os padrões hierárquicos e assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais que chegaram ao poder em 1964. Esta

condição teria levado a repressão a recair fortemente sobre um grupo de militares que, ao longo dos anos anteriores participou do movimento nacionalista.

Conclusão

O processo de construção da memória coletiva sobre a ditadura provocou, já a partir dos últimos momentos do regime, a vitimização absoluta dos civis e a negativização da categoria militar. Gerou-se, então, a dicotomia: de um lado os civis, o certo, o democrático, o bom; de outro, os militares, o errado, o autoritário, o mal. Esta visão contribuiu para sufocar a existência de um conflito político-ideológico anterior a 1964, no qual havia civis e militares em ambos os lados. Serviu, também, para que se evitasse o questionamento sobre as responsabilidades de civis, inclusive quanto a arbitrariedades políticas e torturas, durante a ditadura.

Portanto, dentro do contexto do direito à memória e à verdade, lembrar é muito mais que um direito, é um dever social. As arbitrariedades, o autoritarismo, as responsabilidades dos senhores (militares e civis) que tomaram o poder em 1964, luta dos que se opuseram, e os conseqüentes conflitos político-ideológicos inerentes a essa questão, não podem ser esquecidos. Desse modo, proponho uma atenção às responsabilidades dos civis envolvidos no regime, mas também quanto às vozes dos militares atingidos pela repressão da ditadura no Brasil. Quanto a estes, é preciso permitir que eles validem suas memórias contra àquela que se tornou dominante e contra os que negam a disputa ideológica.

Um caminho seria a constituição de biografias coletivas, o entrecruzamento das múltiplas histórias de vida desses homens. Esta metodologia pode possibilitar a compreensão da história não só deste grupo particular, mas, também, da ditadura implantada no Brasil em 1964. Mas, como o pesquisador que opta por trabalhar sobre ditadura instaurada no Brasil em 1964 enfrenta o obstáculo do acesso à documentação produzida pelo regime – embora problema venha sendo paulatinamente resolvido com a abertura dos arquivos da ditadura, ainda que em um processo parcial e, ao que parece, continuará lento e gradual – o uso da fonte oral, pode ajudar a suprir esta necessidade, oferecendo bons resultados e apresentando iguais perspectivas.

Tomando os cuidados metodológicos necessários, tais relatos podem servir como valioso elemento para o estudo de um grupo e de uma época. Ainda mais para casos

como os dos militares cassados pela ditadura instaurada em 1964, cujas memórias foram silenciadas, sufocadas, reprimidas pela memória pública construída em torno deste tema e para as quais as fontes oficiais ou são raras, ou não estão disponíveis à pesquisa. Ao trazer à luz esses testemunhos, será possível fazer conhecidas as experiências de indivíduos cuja participação e visão dos momentos históricos e das questões que envolvem a tomada do poder em 1964 correm o risco de se perder. Não podemos permitir que esse desconhecimento prossiga e atinja as gerações futuras. Resgatar essas vozes, contribuindo para que elas ganhem espaço no discurso público, é nossa função. Agindo assim, estaremos contribuindo para o direito desses senhores à memória e à verdade histórica.

* Este artigo, em grande parte, toma como base o segundo capítulo da tese de doutorado intitulada *A Política Repressiva Aplicada a Militares Após o Golpe de 1964*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). A pesquisa sob orientação do professor Renato Luís do Couto Neto e Lemos e contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Doutor em História Social pela UFRJ, mestre em História pelo mesmo programa e membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP/UFRJ). E-mail: cb.vasconcelos@yahoo.com.br.

¹ BRASIL. Decreto de 13 de janeiro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 de jan. de 2010. Seção I, p. 12.

² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 26. A premissa central da obra de Halbwachs é o caráter coletivo de nossas lembranças, é a sua constituição através da interação permanente entre indivíduo e grupo.

³ Esta não é uma particularidade das fontes orais. Como bem nos lembra Pollak, toda e qualquer fonte histórica é socialmente construída. POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 207.

⁴ Há outros importantes elementos na constituição da memória como a flutuação, a reordenação e a memória herdada. Contudo, para a presente análise, creio que os aspectos destacados são os mais significativos.

⁵ SCHWARZSTEIN, Dora. “Historia Oral, memoria e historias traumáticas”. In: *História Oral; Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.º 4, 2001, p. 75.

⁶ Na Argentina, segundo Huyssen, o consenso se fez em torno da idéia do desaparecido político como vítima, “esquecendo” a dimensão política da insurgência esquerdista que a ditadura queria eliminar. Já na Alemanha, de modo que a população alemã aceitasse a responsabilidade pelos crimes do governo de Hitler, “esquecendo” a memória dos bombardeios aliados sobre Dresden. HUYSSSEN, Andreas. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In: *Intercom*. Porto Alegre. Mimeografado, 2004, p. 16.

⁷ POLLAK, Michael. *Op. cit.*, p. 206; e _____. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3. 1989, p. 9-12.

⁸ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1964)*. Trad. Clóvis Marques. 4.^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 59.

⁹ Esclareço que tais “atos” pertencem a uma categoria jurídica diferente da dos “atos institucionais”. “Atos institucionais” foram manifestações originárias dos governos instaurados a partir de 1964 e que tinham por objetivo ditar normas que inovassem a ordem constitucional, criando regras de exceção,

que permitissem, entre outros objetivos, as cassações. Já os “atos” a que me refiro, foram aqueles que, com base nos “atos institucionais”, puniram de fato os adversários do regime. Sobre a definição de atos institucionais, ver: BRASIL. Revista Jurídica Virtual. Brasília, vol. 1, n.º 3, junho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_03/ordenamento%20jur%20brasil.htm. Acesso em: 16 de maio de 2010.

- ¹⁰ Os dados por mim obtidos vieram das seguintes fontes: dossiê secreto do Ministério da Aeronáutica, *Atos da Revolução de 1964*, vol. I (9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), e vol. II (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970); OLIVEIRA, Paulo Afonso Martins de. *Atos Institucionais: Sanções Políticas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. *Boletim Reservado* n.º 21, do Ministério da Aeronáutica, datado de 11 de maio de 1965; *Boletim do Ministério da Aeronáutica* n.º 10, de 31 de outubro de 1964 e *Boletins do Ministério da Marinha*. Saliento que, no que se refere aos dados sobre cabos, marinheiros e taifeiros, os números apresentados ainda estão aquém do real. No caso da Marinha, há atos em que a identificação do afastamento do militar como punição é clara, em outros, nem tanto. Com relação à Aeronáutica, há vários casos de punições de cabos revestidas de atos administrativos – conforme exposto mais adiante. Creio que, nestes dois casos, chegar a um número exato dos cassados é muito difícil. Tento, porém, identificar o maior número possível. O dossiê secreto do Ministério da Aeronáutica encontra-se localizado em: APERJ, FPP, pasta Secreto n.º 77. Os Boletins do Ministério da Marinha estão no Serviço de Documentação da Marinha e os Boletins do Ministério da Aeronáutica, no Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
- ¹¹ ALVES, M.^a Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 63.
- ¹² Sobre o conceito de “movimento político”, ver: PASQUINO, Gianfranco. “Movimento Político”. In: BOBBIO, Norberto MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.s). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s/d, 1 CD-ROM.
- ¹³ PEIXOTO, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas”. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 88.
- ¹⁴ MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n.º 35, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em: 1 de maio de 2010.
- ¹⁵ Na conceituação de Alain Rouquié, “(...) os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada.” Segundo o autor, esta compreensão evidencia o caráter dos militares como forças políticas, e analisar as Forças Armadas por esta perspectiva faz desprezar a tese de que são instrumentos de grupos externos e supera a idéia de que constituam um ator monolítico. ROUQUIÉ, Alain. “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil – Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ____ (coord.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Trad.: Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Record, s.d., p. 13.
- ¹⁶ A transferência para a reserva ao longo dos anos 1950 foi, em certos casos, uma estratégia dos militares nacionalistas, principalmente quando da campanha pelo monopólio do petróleo. Segundo Smallman, devido à forte pressão que sofriam, muitos teriam feito esta opção para que pudessem continuar na luta nacionalista e, assim, não sofrerem punições disciplinares. SMALLMAN, Shawm C. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 95-96, 161.
- ¹⁷ Refiro-me especialmente aos processos de descolonização dos países asiáticos e africanos ocorridos a partir dos anos 1940.